



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 27 de maio de 2011

JORNAL DO COMMERIO Estratégia política para manter vantagens CAPA	1
JORNAL DO COMMERIO Editorial OPINIÃO	2
JORNAL DO COMMERIO Frente & Perfil OPINIÃO	3
JORNAL DO COMMERIO Frente & Perfil OPINIÃO	4
JORNAL DO COMMERIO Linhas Cruzadas OPINIÃO	5
JORNAL DO COMMERIO MP dos Tablets POLITICA	6
JORNAL DO COMMERIO Lei do Bem POLITICA	7
JORNAL DO COMMERIO SUDAM ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERIO NOTA ECONOMIA	9
JORNAL DO COMMERIO PIM está atrasado ECONOMIA	10
JORNAL DO COMMERIO PPB prevê 50% de insumos nacionais ECONOMIA	11
JORNAL DO COMMERIO Campanha para Refis municipal e estadual NEGÓCIOS E SERVIÇOS	12
JORNAL DO COMMERIO Adesão EMPRESAS	13
JORNAL DO COMMERIO Prejuízo da Sony sobe quase sete vezes no quarto trimestre fiscal EMPRESAS	14
JORNAL DO COMMERIO Mdic BRASIL	15
A CRITICA Sim & Não OPINIÃO	16
A CRITICA MP 534 será discute com Dilma ECONOMIA	17
AMAZONAS EM TEMPO CONTEXTO OPINIÃO	18
AMAZONAS EM TEMPO Esperança nos componentes ECONOMIA	19

AMAZONAS EM TEMPO	
SUDAM terá escritório no Estado em dois meses	20
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
SUDAM terá escritório no Estado em dois meses (Continuação)	21
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Parceria'	22
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Modelo ZFM é exemplo para países asiáticos	23
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
TABLETS	24
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	25
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Bancada federal do AM se omite em questões da região	26
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Adin depende da presidente Dilma	27
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Desemprego de 6,4% é o menor desde 2002	28
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Zenaldo Mota	29
PLUS	
MASKATE	
Cacau, Jute e malva ganham selo de produtos orgânicos	30
CIDADES	
MASKATE	
Braga será relator da MP dos tablets	31
CIDADES	
MASKATE	
Braga será relator da MP dos tablets (Continuação)	32
CIDADES	
MASKATE	
Braga será relator da MP dos tablets (Continuação)	33
CIDADES	
MASKATE	
Braga será relator da MP dos tablets (Continuação)	34
CIDADES	

Estratégia política para manter vantagens

Bancada busca formas de ampliar as vantagens comparativas para a produção de tablets em Manaus

POR JUSCELINO TAKETOMI, ESPECIAL PARA O JUCI

As duas maiores lideranças políticas do Amazonas, o governador Omar Aziz (PSD) e o senador Eduardo Braga (PMDB) estão juntas em Brasília articulando a estratégia para manter as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus diante da MP 534, que abre incentivos fiscais para a fabricação de tablets em outras regiões do país. Ontem, Braga disse que “a briga vai ser boa e vamos lutar por cem mil empregos existentes no PIM”.

Editorial

Conceito dos tablets e estratégias políticas para defender a ZFM

A grande imprensa do Sudeste, logicamente interessada em defender os interesses da região, tem trabalhado na divulgação do conceito do dispositivo chamado TabletPC. Segundo o Wikipedia, é um dispositivo pessoal em formato de prancheta com uma tela touchscreen, que é o dispositivo de entrada principal, que pode ser usado para acesso à Internet, organização pessoal, visualização de fotos, vídeos,

leitura de livros, jornais e revistas e para entretenimento com jogos 3D.

Aparentemente este destaque à conceituação do pequeno dispositivo eletrônico, que tem provocado insônia nos políticos e empresários do PIM após a edição da MP 534 que concede incentivos fiscais para sua produção fora da Zona Franca de Manaus, nada tem a ver com o fato político mais abrangente, que é a intenção do governo federal de atrair para o Sudeste do país investimentos bilionários das multinacionais da informática.

Mas diminuir a importância do produto final, que acaba sendo o foco de visibilidade do fato, por via de uma conceituação que o transforma em uma peça de informática inocente, não deixa de ser uma estratégia válida para reduzir os impactos negativos da medida sobre outras regiões do país, mais especificamente sobre a parte da região Norte benefi-

ciada pela Zona Franca de Manaus.

Portanto, as atenções devem ser redobradas, uma vez que o poder de influência da grande mídia tem demonstrado bom desempenho em questões que assumem caráter de relevância nacional. Mesmo agora que a relatoria da MP 534 está em mãos do senador Eduardo Braga e que o governador Omar Aziz assume pessoalmente, em Brasília, onde deve ficar até a próxima semana, o comando das articulações políticas, nenhum descuido é perdoável.

Da mesma forma que Omar reconhece que quem decide a questão política em relação à MP 534 é a presidenta Dilma Rousseff, em relação ao Amazonas é dele igualmente a decisão maior na arena política local. As articulações e decisões da bancada federal amazonense devem ter o peso de sua mão e de sua caneta.

Frente & Perfil

Omar fica em Brasília articulando estratégias

Governador Omar Aziz deve ficar em Brasília até a próxima semana articulando estratégias para defender as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus. Certo de que o governo federal vai defender sua posição em relação à MP 534/11, ele quer tratar com a bancada federal do Amazonas formas de ampliar as vantagens comparativas para a produção de tablets em Manaus, a fim de garantir as indústrias em processo de implantação e as que vierem a se implantar no PIM. Segundo ele, o PPB (Processo Produtivo Básico) é importante para aumentar essas vantagens. Na segunda-feira (30) Omar tem encontro marcado com a presidenta Dilma Rousseff e até lá pretende ter em mãos uma proposta técnica para discutir. “Tem a questão econômica, mas tem também a questão política, e quem decide a questão política é a presidente Dilma”, lembra. O governador disse que o grupo está “trabalhando tecnicamente no sentido de preservar a indústria brasileira e essa medida do jeito que está redigida, ela não protege a indústria nacional”. Ele não descartou, em último caso, recorrer à justiça.

4

Frente & Perfil

SOLUÇÃO

Senador Eduardo Braga (PMDB), indicado pelo líder do seu partido, Renan Calheiros (AL), para relatar a MP 534/11 no Senado, diz que sua intenção é "construir uma solução que seja boa e importante para o Brasil, mas que assegure tranquilidade e estabilidade para o PIM".

#

ADIN

Presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo Nicolau (PRP) não descarta a possibilidade de uma Adin contra a MP 534, caso as articulações políticas em Brasília não cheguem a bom termo

para a Zona Franca de Manaus. "Em último caso temos de ir ao Supremo", afirmou.

#

SAÚDE

Prefeitura de Manaus entrega nesta sexta-feira (27), mais duas Unidades Básicas de Saúde da Família em substituição às antigas "Casinhas de Saúde". Em menos de dois meses, a Prefeitura já inaugurou cinco unidades no novo formato ampliado. A UBSF N-05 fica na comunidade Braga Mendes, Cidade de Deus, e a UBSF N-16, na comunidade Campo Dourado, Cidade Nova.

#

SILÊNCIO

Ninguém entende o prefeito Amazonino, grande defensor da Zona Franca, ficar calado no episódio dos tablets. A economia de Manaus vive em função do modelo e o prefeito tem peso político para se manifestar. Por isso o silêncio dele tem sido comentado nos meios políticos. Até agora só teve um bate boca com o senador Eduardo Braga.

#

COARI

Por volta de 12:30h de quarta-feira (25) um Centro de Saúde na cidade de Coari tinha médico, enfermeiros e serviço de pronto atendimento prestando

assistência à população. Um contraste com a maioria das cidades do interior e até bairros da capital, onde os serviços de saúde estão abandonados. Prova de quem nem tudo está perdido na saúde pública.

#

CONAED

Fernando Neto, diretor geral da Faculdade Martha Falcão convidando para a VIII Conaed (Conferência Amazônica de Educação), no Elegance Convenções, dias 26 e 27 de maio. Evento debate temas como inovação, educação, negócios e desenvolvimento da Amazônia.

#

Linhas Cruzadas

AJUDA

Vereador Massami Miki, que é vice-presidente nacional do PSL (Partido Social Liberal) viajou na tarde de quinta-feira à Brasília (DF), para pedir ajuda das lideranças do seu partido na luta para proteger os interesses da Zona Franca de Manaus no imbróglio dos tablets. “Essa ‘ameça’ ao Polo Industrial de Manaus precisa ser contida”, afirma.

MP dos Tablets

"Vamos lutar por cem mil empregos no PIM"

O senador Eduardo Braga, indicado pelo PMDB para relatar a MP que retira competitividade da ZFM, admitiu que sua responsabilidade é grande e o trabalho será difícil no Congresso

POR JUSCELINO TAKETOMI

ESPECIAL PARA O JOC

Indicado pelo líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), para relatar a MP (Medida Provisória) 534/11 no Senado, o ex-governador Eduardo Braga concentra, a partir de agora, perspectivas e esperanças da população amazense, já que o senador se manifesta preocupado com a preservação das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus diante do que ele próprio qualifica como "verdadeira declaração de disputa entre o Polo Industrial de Manaus e o resto do Brasil" a partir da edição da MP que abre mercados para a fabricação de tablets em outras regiões do país.

A escolha de Braga para relatar a matéria repercutiu nesta quinta-feira entre os seus aliados na Aleam (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas), no caso os deputados Marcos Rotta e Washington Régis, pertencentes ao PMDB, provocando expectativas

entre os parlamentares de oposição e sendo vista "com confiança e equilíbrio" entre os demais parlamentares da ALE, inclusive o presidente do Legislativo Estadual, Ricardo Nicolau (PRP), que não descarta a possibilidade de uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no âmbito do STF (Supremo Tribunal Federal).

"Minha responsabilidade é imensa e vou proceder com a máxima serenidade na relatoria da matéria que trata da classificação fiscal dos tablets como bens de informática", diz o senador, reconhecendo que "a briga vai ser boa e vamos lutar por cem mil empregos existentes no PIM".

Eduardo Braga informa já ter estabelecido contato com o ministro da Ciência e Tecnologia, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), com quem debateu a MP dos tablets e seus efeitos nocivos ao PIM.

Afirma ter se entendido com o governador Omar

inclusive porque a MP estimula a atração para o Sudeste de investimentos bilionários de empresas internacionais na área de

ras até às 18 horas da próxima segunda-feira (30).

Braga prega a união e observa que as expectativas criadas pelo fato de a relatoria da matéria no Senado ter ficado com um representante amazonense apenas aumentam sua responsabilidade na condução dos encaminhamentos políticos sobre a MP, e assinala que o respeito às regras constitucionais nortearão seu comportamento enquanto relator.

Um dos deputados que encaminharão emendas a Braga é Pauderney Avelino, do DEM, para quem a MP 534 pode ir além dos

tablets e alcançar computadores pessoais e telefones celulares, atingindo, portanto, produtos que representam, hoje, o maior volume de faturamento das empresas do PIM.

Ele também suspeita de "inconstitucionalidade" na MP que transformou tablets em bens de informática através de sua inserção no Programa de Inclusão Digital, e vê com preocupação a regulamentação do PPB (Processo Produtivo Básico) para tablet, o que reduziria o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), "um golpe mortal na ZFM".

Eduardo Braga afirma ter se entendido com o governador Omar Aziz e os membros da bancada federal do Estado, acertando a melhor estratégia para lutar no Congresso Nacional

Aziz e os membros da bancada federal do Estado, acertando a melhor estratégia para lutar no Congresso Nacional.

Ele se diz consciente da complexidade da matéria,

informática.

De acordo com ele, a relatoria está aberta a emendas e os deputados e senadores empenhados na defesa da ZFM podem apresentar suas proposições.

Lei do Bem

Lucia Antony quer união para preservar competitividade da ZFM

A vereadora Lucia Antony (PCdoB) criticou a publicação da Medida Provisória 534, que tira a competitividade de Manaus na produção de computadores tipo tablet, afetando a geração de emprego e renda no Amazonas. Ela culpou a Lei de Informática que foi aprovada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), cujo líder era o ex-senador amazonense Arthur Neto (PSDB), pela perda de competitividade do PIM (Polo Industrial de Manaus). "Precisamos ter os pés no chão, enxergar com os olhos da verdade que

no governo FHC, a Zona Franca de Manaus perdeu e muito. No início do governo FHC, a Zona Franca de Manaus tinha mais de 100 mil empregos, mas no final ficou com menos de 60 mil. A Lei de Informática foi uma das responsáveis por essa realidade", salientou.

Lucia Antony pediu a união dos membros da bancada federal, independentemente da filiação partidária, para garantir os benefícios para a produção dos tablets em Manaus. Ela lembrou que o seu partido, o PCdoB, mesmo tendo uma bancada pequena, vai se posicionar contra a

MP 534, chegando a ler trecho do discurso que a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) fez,

O governador Omar Aziz já viajou a Brasília para que haja uma pressão maior de nossa bancada

A vereadora culpou a Lei de Informática que foi aprovada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), cujo líder era o ex-senador amazonense Arthur Neto (PSDB)

na tribuna do Senado, defendendo a Zona Franca de Manaus. "Precisamos discutir esse assunto com responsabilidade. A bancada precisa estar unida.

no Congresso Nacional", falou.

Ameaças rotineiras

Nos oito anos de governo do presidente Fernando Hen-

rique Cardoso, poucas eram as reuniões realizadas pelo CAS (Conselho de Administração da Suframa), órgão responsável em aprovar a instalação de novas fábricas no Estado.

Não bastasse isso, em 1999, com a aprovação da Lei de Informática, eles fizeram com que o Amazonas perdesse fábricas de computador, celular e monitor de vídeo. Desde que esteve no Governo, FHC e seus aliados sempre impediram a prorrogação da Zona Franca de Manaus.

Com a eleição de Lula, a história mudou. O CAS passou a

se reunir com frequência, novos projetos foram aprovados resultando na contratação de milhares de trabalhadores.

A prorrogação dos incentivos da Zona Franca de Manaus tornou-se uma realidade em 2003. "Com o apoio do presidente Lula, a então deputada e hoje senadora Vanessa Grazziotin apresentou um destaque de votação à reforma tributária que resultou na prorrogação dos incentivos até 2023. Já em 2008, ela aprovou outra emenda estendendo o prazo para 2033", disse a vereadora Lucia Antony.

SUDAM

Amazonas tem R\$ 4,8 bilhões em projetos financiados

Estado desponta como o primeiro da região Norte em iniciativas incentivadas pela autarquia federal, com um total de 511 projetos

Por MARIA DERZI

O governador em exercício, José Melo recebeu, na manhã de quinta-feira, 26, a visita do titular da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), Djalma Mello. A visita realizada na sede da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda) reforçou a posição do Amazonas como o Estado que mais vem conquistando desenvolvimento através de recursos aplicados pela autarquia no Norte.

No resumo de ações executadas pela Sudam na região, que englobam os resultados dos dois grandes instrumentos de investimentos da autarquia – o FDA (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia) e os incentivos fiscais à produção –, o Amazonas desponta com 511 projetos aprovados e R\$ 4,8 bilhões em investimentos, ou 57% de participação nos aportes da Superintendência.

Na reunião, foi explicitado que do total de recursos comprometidos pelo FDA (R\$ 3,44 bilhões), em 18 projetos, R\$ 811,27 milhões estão sendo concentrados aplicados em quatro grandes programas. Da média total de recursos comprometidos pelo Fundo nas nove unidades federativas do Norte, o Amazonas corresponde a um percentual de 23,55%, equivalente a R\$ 811,27 milhões, mais do que o dobro da média se dividida em igual proporção para os outros Estados.

Falta de energia

“O projeto que nos agrada é justamente o da Manaus Transmissora de Energia, pelo fato de ficarmos livres da ameaça da falta de energia. Como a demanda no Amazonas é crescente – e altamente crescente –, estamos sempre correndo atrás. Financiamos grande parte do Linhão, que vem de Oriximiná, passando por vários

municípios, inclusive Parintins, e que vem bater na capital. Esta vai deixar de estar isolada do sistema nacional. Imagina-se que não vai mais faltar energia, mesmo quando a oferta local estiver reduzida. Tiramos do isolamento

Dos R\$ 3,44 bilhões comprometidos pelo FDA em 18 projetos no Estado, quatro se concentram em grandes programas, com total de R\$ 811,27 milhões

Amazonas, Amapá e Acre”, salientou Djalma Mello.

José Melo destacou a importância dos investimentos em geração energética como um link com outros tipos de investimentos que podem alavancar o desenvolvimento do Estado. “Acabei de vir

de uma reunião com investidores na área de mineração. Porque temos uma mina de calcário em Nhamundá, outra em Jatapu e outra em Maués, dentro do Rio Carauari. Essas minas todas não significavam nada sem energia. Com o Linhão, os empresários já estão discutindo licença ambiental para instalação, sem contar a questão da silvicultura, agora sim, vai acontecer. Esse investimento vai induzir outros. E a matriz econômica do Amazonas está deixando de ser só o Polo Industrial para a Indústria de Transformação”, frisou.

Ainda sobre a matriz energética, o titular da Sudam adiantou que já foi procurado por empresas para investimentos que necessitam da matriz energética no Amazonas. “Já fomos procurados por dois grupos. Um deles, do Pará, quer produzir cimento em Vila Amazônica, por onde passa o linhão. Tem muitos projetos querendo vir para cá”, informou.

NOTA

Embaixadores de países asiáticos vêm conhecer modelo ZFM

Uma comitiva formada pelos embaixadores da Tailândia, Filipinas, Vietnã, Mianmar, Indonésia e Malásia visitou, na quinta, 26, a sede da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e

o CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia).

O objetivo era conhecer as diretrizes básicas da ZFM (Zona Franca de Manaus) e as iniciativas do CBA vinculadas ao aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica, visando a trocar

informações e aprender com as experiências regionais a fim de aprimorar as bases de um modelo de desenvolvimento próprio, também baseado na oferta de incentivos fiscais especiais, que os seis países asiáticos pretendem articular em conjunto.

PIM está atrasado

POR LUANA GOMES

Embora a MP (Medida Provisória) 534 tenha gerado uma insatisfação nos representantes amazonenses, a aprovação da Lei de Informática em 1998 foi o grande impulsor da retirada de incentivos do PIM (Polo Industrial de Manaus), que garantiam o diferencial competitivo do setor na região.

De acordo com o consultor econômico da Fieam (Federação da Indústria do Estado do Amazonas), Gilmar Freitas, o período para reverter esta condição já teve sua hora declarada. “Uma coisa que é concreta: deixamos passar o momento desde a aprovação da Lei do Bem”, detalhou.

Apesar de saber que a atuação da bancada federal amazonense é, no momento, a única forma de encontrar uma ‘luz no fim do túnel’, Freitas ressalta que a representação a favor de compensações para a ZFM (Zona Franca de Manaus) não é suficiente para reverter os entraves causados pela MP. “Somos poucos diante da avalanche de representantes dos outros Estados”, avaliou.

O professor do departamento de eletrônica e telecomunicações da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), Manoel Cardoso, comenta que, antes da medida, a Lei do Bem já ha-

via influenciado a perda do mercado de computadores e celulares no Estado.

Ainda que a indústria de eletrônicos seja um dos pilares do PIM, totalmente propício para a região, por conta do seu pouco impacto na natureza, Cardoso esclarece que o resultado das vendas do grande protagonista do segmento, os televisores, é igual ou menor ao dos PC’s, cujo valor agregado é mais elevado.

Os dados da Abinee (As-

sociação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica) apontam que, dos R\$ 124,38 bilhões faturados pelo segmento eletrônico nacional em 2010, o mercado de informática foi responsável por 32,05% (R\$ 39,87 bilhões).

O consultor econômico da Fieam, Gilmar Freitas, ressalta que a representação a favor de compensações para a ZFM não é suficiente para anular os danos causados pela Medida Provisória 534

Sem consistência

Manoel Cardoso argumenta que, por conta dos investimentos grandiosos da Foxconn, os ‘olhos do governo saltaram’, resultando na aprovação da medida. Contudo, ele salienta que tudo não passa de um ‘blefe’.

O doutor em Ciências

e Engenharia exemplifica que a vinda da Hyundai ao país tem um investimento estimado em quase R\$ 1 bilhão, para um produto que equivale a uma quantia superior a R\$ 50 mil. Por isso, segundo ele, não seria estrategicamente possível que a Apple investisse US\$ 12 bilhões para fabricar produtos cujos preços caem de forma tão rápida. “Não tem consistência”, analisou.

Porém, como ‘não adianta chorar pelo leite derra-

mado’, a partir de agora há necessidade de pensar nos projetos para solucionar o obstáculo logístico da região. Cardoso afirma que é preciso cobrar do governo estadual as obras para revitalização do Porto de Manaus, expansão do aeroporto e melhoria do fluxo interno. Se este problema for resolvido, o Polo poderá competir com o mercado mundial. “Depois de 40 anos, criamos um setor industrial cujo índice produtivo equivale ao de indústrias mundiais, como as implantadas no Japão e no continente europeu”, destacou o professor.

PPB prevê 50% de insumos nacionais

Apesar de não ter sido publicado até o final da matéria, o “o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto”, o famoso PPB (Processo Produtivo Básico), pretende ter uma exigência bem mais rigorosa para os tablets que a prevista aos notebooks em geral,

segundo avisou o titular do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Fernando Pimentel.

Um das determinações para garantir as isenções de PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e redução do IPI (Imposto sobre Produtos

Industrializados) de 15% para 3% na produção do dispositivo em formato de prancheta prevê a nacionalização de 50% dos componentes do display (tela) do item eletrônico, a partir de 2012.

O ministro explanou que, em cerca de três a quatro anos, o Brasil será o primeiro país fora da Ásia que terá produção de displays.

Campanha para Refis municipal e estadual

Presidente do Sistema Fecomércio-AM e 1º vice-presidente da CNC lança campanha de adesão ao Refis

O presidente do Sistema Fecomércio Amazonas e 1º vice-presidente da CNC, José Roberto Tadros, durante reunião de diretoria na CNC (Confederação Nacional do Comércio), lançou uma campanha em nível nacional para que os Estados que ainda não aderiram ao Refis (Programa de Recuperação Fiscal), com abrangência Municipal e Estadual, como o Amazonas por exemplo, que o façam.

A campanha teve o apoio do presidente da Confederação Nacional do Comércio Dr. Antonio de Oliveira Santos. Segundo Roberto Tadros, parte dessas inovações do Refis ligadas ao Comércio e Serviços, foram pedidos feitos através da CNC (Confederação Nacional do Comércio).

Durante a reunião o empresário apontou algumas das principais causas do elevado número de empresas inseridas na dívida ativa da União.

“As razões para a grande quantidade de empresa em débito nos três níveis se prende aos seguintes fatos: desarrumação na economia durante um longo período, 2ª. Crise do petróleo, inflação galopante dos últimos governos revolucionários (Geisel e Figueiredo), e o recrudescimento da escalada inflacionária do Governo Sarney, que chegou ao alarmante nível de 86% ao mês”.

Tadros destacou também as altas taxas de juros, a redução da liquidez das empresas, a concorrência desleal de outros países como a China, por exemplo, a dívida interna pública crescente, que estimula o aumento da taxa de juros e a redução da demanda, como motivos para débitos das empresas.

Novo Refis

O presidente da Fecomércio sugeriu como so-

lução de curto prazo um novo Refis, com abrangência municipal e estadual. “Creio que essa seja uma solução possível de ser pleiteada, forçando o debate deste tema vital para toda a sociedade pelos Poderes Executivo e Legislativo”.

O governo federal instituiu um “Novo Refis”, com benefícios extremamente atraentes, que superam qualquer outro programa de parcelamentos já concedido pela União, mas segundo Tadros de

nada valerá se não houver abrangência do estado e do município.

“Não podemos esquecer que são as empresas que geram emprego, renda e tributos”, concluiu o presidente da Fecomércio.

O prefeito de Manaus Amazonino Mendes já se manifestou favorável a solicitação do Dr. Tadros e lideranças empresariais locais e o governador Omar Aziz ficou de agendar uma reunião para tratar do assunto.

Adesão

Confederação lança portal de compras coletivas

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) lançou hoje um site de compras coletivas exclusivo para as indústrias. O portal irá reunir ofertas que vão desde a venda de equipamentos até planos de saúde.

Segundo Emerson Casali, gerente executivo de relações do trabalho e desenvolvimento associativo da CNI, essa é uma ferramenta inovadora entre as empresas do setor.

“A CNI junto às federações de indústria resolveu fazer algo inovador. É um site de negócios e relacionamento. A ideia é tentar beneficiar um pouco mais das 600 mil indústrias, com acesso a descontos”, afirmou.

De acordo com a entidade, o principal objetivo do site é reduzir custos para a indústria e beneficiar as micro e pequenas empresas. Para a CNI, no mercado tradicional essas companhias encontrariam mais dificuldades de obter vantagens em negociações comerciais.

“Esse canal permitirá que os anunciantes ganhem escala e cheguem diretamente neste público das micro e pequenas empresas”, disse Emerson Casali.

Diferentes dos portais de compras coletivas para

pessoas físicas, o site desenvolvido pela CNI não tem uma regra específica para a compra.

O modelo de compra do site é conhecido como B2B (Business to Business), e põe em contato direto compradores e fornecedores. Ao encontrar no site uma oferta de produto ou serviço em que tenha interesse, a indústria imprime um cupom com

Segundo Emerson

Casali, gerente executivo de relações do trabalho e desenvolvimento associativo da CNI, essa é uma ferramenta inovadora entre as empresas do setor

o desconto e passa a negociar diretamente com o anunciante.

O investimento inicial para o portal foi de R\$ 5 milhões. A CNI estima uma redução em torno de R\$ 300 milhões, apenas para o primeiro ano. Esse número só será possível de alcançar se 10% das indústrias do país aderirem ao site. A redução média de custos para as empresas é de R\$ 5 mil ao ano.

Prejuízo da Sony sobe quase sete vezes no quarto trimestre fiscal

A japonesa Sony disse que seu prejuízo líquido aumentou quase sete vezes no quarto trimestre fiscal, encerrado em março, devido a uma baixa contábil de US\$ 4.4 bilhões em ativos por impostos diferidos. A companhia afirmou, porém, que espera voltar ao azul no atual ano fiscal após três anos consecutivos de prejuízos líquidos.

O prejuízo líquido da companhia aumentou para 388,80 bilhões de ienes (US\$ 4.775 bilhões) no quarto trimestre fiscal, de 56,57 bilhões de ienes no mesmo período do ano passado.

O cancelamento de crédito tributário que se traduziu no prejuízo líquido é uma indicação de como o terremoto que atingiu o Japão no dia 11 de março abalou as expectativas da Sony para um ano fiscal robusto. Embora o impacto direto do desastre sobre o lucro operacional da empresa no quarto trimestre não tenha sido grande, as perspectivas pós-terremoto colocaram a Sony numa posição em que teve de constituir provisões no valor de 362,3 bilhões de ienes sobre determinados ativos

por impostos diferidos no seu quarto trimestre fiscal.

A Sony reportou um prejuízo operacional de 73,37 bilhões de ienes no quarto trimestre fiscal, ante o prejuízo operacional de 56,04 bilhões de ienes no mesmo período do ano fiscal anterior. A receita caiu 7,8%, para 1,581 trilhão de ienes, de 1,715 trilhão de ienes.

No ano fiscal cheio, encerrado em março, a companhia teve um prejuízo líquido de 259,59 bilhões de ienes, ante o prejuízo líquido de 40,80 bilhões de ienes

no ano fiscal anterior. A receita diminuiu 0,5%, para 7,181 trilhões de ienes, de 7,214 trilhões de ienes, enquanto o lucro operacional cresceu mais de seis vezes para 199,82 bilhões de ienes.

Para o atual ano fiscal, que terminará em março de 2012, a Sony espera reverter o prejuízo para um lucro líquido de 80 bilhões de ienes. A companhia também prevê um lucro operacional de 200 bilhões de ienes, e um crescimento de 4,4% da receita para 7,500 trilhões de ienes.

Mdic

Governo estuda novas medidas para proteger indústrias

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Fernando Pimentel, disse nesta quinta-feira, 26, que o governo estuda impor licenças não automáticas para importações em outros setores.

De acordo com ele, a adoção de práticas mais ativas de defesa comercial será uma das estratégias do governo para proteger a indústria nacional no curto prazo.

"Nós vamos agregar ou-

tras medidas, como o licenciamento não automático para importações, que é permitido pelas regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), para aqueles setores em que há claramente uma ameaça na balança comercial", afirmou, durante palestra no seminário "Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego", na capital paulista.

"Vamos usar tudo o que for possível, dentro das regras da OMC, para defen-

der a competitividade da produção nacional".

"Nós vamos agregar outras medidas, como o licenciamento não automático para importações, que é permitido pela OMC, para aqueles setores em que há claramente uma ameaça na balança comercial"

Pimentel não quis adiantar quais setores poderão ser alvo de licenças não automáticas. "Estamos trabalhando com os dados da

nosso saldo, vamos utilizar medidas adequadas de defesa comercial", disse.

Medidas não são

protecionistas

Em sua avaliação, essas medidas não são protecionistas, pois estão dentro das regras da OMC, sendo prejudicial ou não para um dos lados.

"Esse instrumento ficou um pouco relegado nos últimos anos. Talvez o câmbio exageradamente valorizado tenha nos deixado um pouco preguiçosos nessa história, mas hoje não é mais assim. Estamos atentos a isso e vamos continuar praticando a boa política

de defesa comercial".

Na segunda semana de maio, o Brasil colocou veículos sob licença não automática de importação. A medida foi tratada pelo governo como uma forma de conter o desequilíbrio verificado por conta do excesso de importação de carros.

Nos bastidores, a iniciativa é considerada uma retaliação ao governo da Argentina, que vem colocando barreiras à entrada de produtos brasileiros.

Sim & Não

Suframa; a sua gestora está fragilizada; a Suframa precisa de oxigenação, de mudança”.

Antes A crítica de João Pedro a Flávia Grosso foi durante entrevista ao programa de rádio A Crítica Notícia. Na ocasião, ele informou que almoçaria com a presidente Dilma Rousseff e que trataria sobre a gestão da Suframa com ela.

Depois À tarde, o senador ligou para a coluna, confirmou que tratou da Suframa e acrescentou o que a presidente lhe garantiu sobre os tablets: “Ela disse: ‘Não posso impedir que os tablets entrem no Brasil’, mas a MP não vai prejudicar a Zona Franca”, reportou.

Frágil Sem citar nome, o senador João Pedro (PT) criticou ontem a atuação da titular da Suframa, Flávia Grosso, nos debates da MP dos Tablets: “Nesse processo todo, ninguém ouve falar da

MP 534 será discute com Dilma

ANTÔNIO PAULO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

BRASÍLIA (SUCURSAL) - O governador Omar Aziz tem agenda marcada para a próxima terça-feira (31) com a presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto. Ele vai levar as preocupações e propostas do Governo do Estado e da bancada de deputados federais e senadores à Medida Provisória (MP) 534/2011 que dá incentivos fiscais à produção de tablets no Brasil. Mas, a presidente da República adiantou, ontem, ao senador João Pedro (PT) que a medida não vai prejudicar a Zona Franca. Disse que vai receber Omar Aziz e está aberta ao diálogo e negociações com o Governo Estadual. "O povo do Amazonas pode ficar despreocupado que a MP 534 não vai trazer prejuízos ao Polo Industrial de Manaus (PIM)", garantiu Dilma Rousseff.

Após ter reunido com os 11 parlamentares amazonenses, na quarta-feira (25), o governador do Amazonas permaneceu em Brasília e fez contatos com os Ministérios do Desenvolvimento Indústria e Comércio (Mdic) e Ciência e Tecnologia (MCT) para adiantar algumas estratégias que serão postas na mesa negociação com o Governo Federal. Ainda ontem, Omar falou, por telefone, com o ministro-chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, sobre a MP do tablet.

AÇÕES DEFINIDAS

O Governo do Estado e a bancada parlamentar no Congresso Nacional já sabem o quê e onde atacar a MP 534. Quando começar a tramitar na Câmara dos Deputados, o Amazonas vai apresentar quatro emendas coletivas e outras individuais sob orientação dos técnicos da Secretaria da Fazenda, Suframa e das entidades empresariais. "As propostas vão desde a manutenção da competitividade no PIS/Cofins, IPI e do Imposto de Renda. Essas emendas fazem parte da estratégia de negociação do Governo do Estado com o

Café Industrial

Como parte da estratégia da bancada, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) se encontra hoje, em um café da manhã, com a direção da Federação e Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam / Cieam). O assunto principal é a MP 534, mas Vanessa também vai tratar de diversas demandas da indústria que tramitam no Congresso, para ser interlocutora entre o Senado e o Governo Federal.

Governo da presidente Dilma", informa, de forma genérica, o coordenador da bancada amazonense, senador Eduardo Braga (PMDB). O Governo Estadual e os parlamentares também vão lutar para que a relatoria da MP 534, na Câmara dos Deputados, caia nas mãos de um amazonense, assim como ocorrerá no Senado, onde Braga será o relator indicado pelo líder do PMDB, Renan Calheiros (AL). "Não se consolida um polo de desenvolvimento se não se tiver uma base forte, base esta que está na indústria de componentes. Quanto mais indústria desse setor, maior é a consolidação desse polo industrial", adverte Omar Aziz, dando uma dica de outra ponta que será trabalhada dentro do Governo Federal.

Outro aspecto a ser explorado na "batalha" é o lado emocional (eleitoral). Os políticos vão lembrar o carinho do povo do Amazonas e as votações recordes dadas ao ex-presidente Lula e a Dilma. "É preciso ter consciência do papel e importância que teve o ex-presidente Lula na manutenção do Polo Industrial de Manaus e a presidenta Dilma acena na mesma direção. Tenho certeza de que a conversa do governador com ela vai demonstrar a necessidade de alguns ajustes que vão garantir essa tranquilidade ao Estado", defendeu a deputada Rebecca Garcia (PP).

CONTEXTO

Manaus sem estrutura para Foxconn

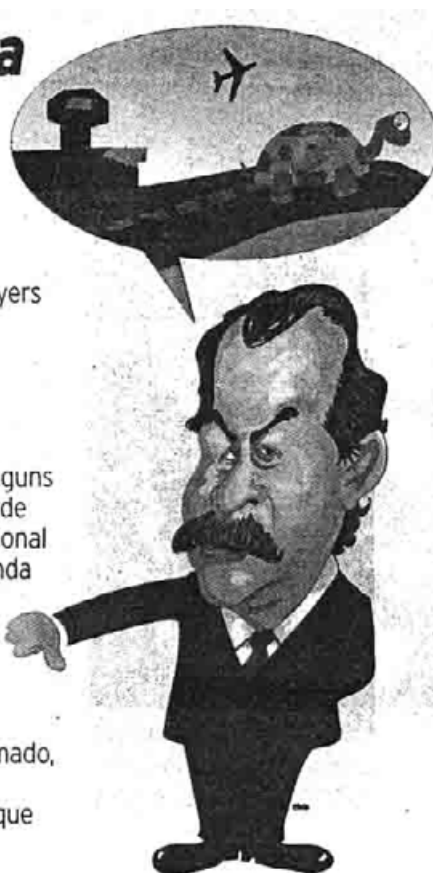
O ministro da Ciência e Tecnologia Aluizio Mercadante colocou uma pá de cal na intenção do Amazonas receber os US\$ 12 bilhões que a Foxconn vai investir em solo nacional para construir o polo de displays e semicondutores.

>>>>

Segundo ele, indústria tem uma lista de cidades que podem sediar a "cidade inteligente" e que preenchem alguns requisitos como a disponibilidade de uma área de cerca de 50 km², próxima de estradas, de um aeroporto internacional e que tenha grande disponibilidade de tecnologia de banda larga e energia elétrica. Por exclusão, ou Manaus está de fora, ou então é a última da lista.

>>>>

Fica a lição que de nada adianta chorar o leite derramado, melhor mesmo é investir em nossa precária logística e internet. Sem falar na instabilidade da energia elétrica, que diga unidade da Foxconn em Manaus.



Barganha>>>> A única coisa dita por Mercadante que pode beneficiar o Estado nessa disputa é que a instalação da "cidade inteligente" dependerá de acordos entre os governadores e a empresa. O Amazonas pode dar incentivos adicionais de ICMS.

Game over>>>> Para beneficiar o Amazonas, o governo do Estado e a bancada amazonense focaram as estratégias no Processo Produtivo Básico (PPB) dos tablets. Mas ao que consta, esta batalha também parece já estar perdida.

Primeira mão>>>> Um velho conhecido do governo, José Dirceu, publicou ontem no seu blog que o PPB dos tablets terá 50% de nacionalização dos componentes até 2014. Ele mencionou fortalecimento da indústria sem citar a ZFM.

"Não tenho dúvida de que ela vai retribuir os votos e a confiança depositada nela pelo povo amazonense"

Do governador Omar Aziz, sobre a conversa que terá com a presidente sobre a produção de tablets no Brasil

Esperança nos componentes

Diante da difícil missão de derrubar a 'MP dos Tablets', o governo do Estado, juntamente com a bancada amazonense no Senado e na Câmara dos Deputados, já trabalham com outra alternativa: ficar com a produção de componentes - displays, placas-mães, carregadores, placas de rede.

Para isso, a estratégia local se volta para o Processo Produtivo Básico (PPB) do produto, item

responsável pela definição das etapas de elaboração e pelo cumprimento da presença obrigatória de uma quantidade mínima de componentes nacionais. Para garantir os incentivos fiscais, a indústria é obrigada a se comprometer em fabricar esses componentes no país.

"Vamo tentar fazer emendas que preservem a peculiaridade da Zona Franca", disse, ao considerar produtiva a reunião de quarta-feira com os deputados

e senadores do Amazonas, incluindo Eduardo Braga, relator da MP 534 no Senado.

Os 11 parlamentares da bancada vão atuar em bloco na Câmara e no Senado, por onde a MP tramita nos próximos dias. Na próxima terça-feira (31), Omar se encontra com a presidente Dilma Rousseff e também deverá apresentar a ministros propostas elaboradas em conjunto junto com a bancada estadual.

Aziz afirmou que utilizará argumentos técnicos e também políticos. "Pois quem decide é ela (Dilma). A palavra final é dela", completou. "Não tenho

dúvida de que ela vai retribuir os votos e a confiança depositada nela pelo povo amazonense", prosseguiu.

Justiça é último recurso

Somente após vencido o argumento técnico e político, o Estado deverá ir à Justiça contra a MP. "É necessário ter paciência e serenidade, não será com discurso inflamado que chegaremos lá. Estamos trabalhando tecnicamente, mostrando a necessidade e a importância de preservar a indústria brasileira. A MP do jeito que está não protege a indústria nacional".

Portaria para a produção deve sair na segunda

A portaria do Processo Produtivo Básico (PPB) para a produção de tablets no Brasil deve ser publicada no Diário Oficial da União (DOU) segunda-feira (30). A informação foi dada pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Aluizio Mercadante, ontem. "Em três anos, queremos em torno de 80% de todos os componentes produzidos no Brasil", afirmou.

Mercadante disse também que a Foxconn, empresa que deve produzir iPads no Brasil, ainda não definiu Estado ou município para a instalação da 'cidade inteligente', onde

serão produzidos semicondutores e displays no país. Já a produção de iPads será em Jundiaí, no interior de São Paulo, disse o ministro.

Segundo ele, a empresa levantou uma lista de áreas possíveis para localização, o que ainda não foi definido. "É uma grande, com quase 50 quilômetros quadrados, que necessita de estrada, aeroporto internacional, banda larga, energia e uma série de outras coisas", afirmou. De acordo com ele, uma equipe técnica do governo negocia com a empresa toda a agenda de investimentos.

SUDAM terá escritório no Estado em dois meses

RICHARD RODRIGUES

Equipe do EM TEMPO

richard@emtempo.com.br

Dentro de dois meses, os nove Estados de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), incluindo o Amazonas, terão uma unidade do órgão. Com a implantação dos escritórios, que já começaram a ser articulados com os governos estaduais, a expectativa é de que número de projetos beneficiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) dê um salto de até 60% até 2014.

De acordo com o superintendente da autarquia, Djalma Melo, os Estados deverão indicar três técnicos para atuar nas sedes, onde serão esclarecidas as principais dúvidas sobre como conseguir financiamentos e incentivos concedidos pelo órgão a projetos de implantação, diversificação e ampliação de empresas dispostas a investir na Amazônia Legal. "Com a indicação desses profissionais, os treinamentos se iniciam já no próximo mês para que as operações se iniciem nas 'Sudamzinhas'", disse.

Ainda conforme o superintendente, as articulações para a implantação das unidades da Sudam se deram ontem, duran-

te reunião com governador do Amazonas em exercício, José Melo. "Expusemos os planos de fortalecer a atividade da Sudam na Amazônia e o projeto foi muito bem recebido por ele, que se mostrou disposto a colaborar para a instalação de cada escritório", destacou.

Com relação ao atendimento,

Estados deverão
indicar três
técnicos para
atuar nas sedes
esclarecendo as
principais dúvidas
dos investidores

Melo disse que, com as 'Sudamzinhas' instituídas, o empresário será acolhido de forma imediata. "Atualmente os que desejarem informações sobre benefícios fiscais devem se deslocar até Belém, o que não será mais preciso com as operações estaduais", pontuou.

Entre os Estados que serão beneficiados com os escritórios da Sudam estão – além do Amazonas – Acre, Amapá, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Maranhão.

SUDAM terá escritório no Estado em dois meses (Continuação)

Recursos totalizam R\$ 811,2 mi no AM

Além de conversar com o governador do Estado em exercício, o superintendente da Sudam fez um balanço sobre a atuação do órgão na Amazônia. Segundo Melo, de 2007 até este ano, a Sudam investiu, por meio do FDA, R\$ 3,4 bilhões em sua área de atuação, sendo R\$ 811,2 milhões

foram destinados a projetos empresariais no Amazonas.

Ainda sobre o montante aplicado em território local, ele informou que o Amazonas, sozinho, respondeu por 23,5% do montante aplicado pelo fundo.

"O interesse em investir no Amazonas é grande, já que

aqui se encontra o Polo Industrial de Manaus (PIM) e os incentivos concedidos pelos governos estadual e federal", comentou, ao acrescentar que, aliado ao recurso do FDA no Amazonas, foram alavancados adicionais de mais R\$ 895,5 milhões em recursos dos investidores dispostos a

atuar no Estado, além de R\$ 955,7 milhões advindos de fontes como o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia, entre outras instituições.

Nesse intervalo de tempo, a Sudam aprovou 511 projetos no Amazonas, com a garantia de 244 mil empregos no Estado.

Parceria'

Receita e Sefaz-AM cruzam informações

Para facilitar a troca de informações referentes aos seus contribuintes a Delegacia da Receita Federal em Manaus e a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM) firmaram um convênio. Dessa maneira, as informações dos órgãos serão compartilhadas.

De acordo com o delegado titular da Receita Federal em Manaus, Omar Rubim, a partir de agora, haverá um olhar mais refinado sobre o recolhimento dos tributos federal e estadual. "É um controle maior de todas as informações necessárias sobre os contribuintes. Dados que a Receita não possui poderão

ser fornecidos pela Sefaz e vice-versa", afirmou.

Ainda segundo Rubim, com as informações mais integradas entre si, haverá menos chances de distorção no recolhimento dos tributos. "Ou seja, a ação terá um resultado satisfatório e dará mais credibilidade aos trabalhos dos órgãos", comentou.

O delegado informou ainda que será feito o fortalecimento do grupo que será composto por técnicos e auditores fiscais das duas instituições para a realização de trabalhos em conjunto para melhor informar o contribuinte. **(AA)**

Modelo ZFM é exemplo para países asiáticos

Países da região do sudeste asiático querem implantar, até 2015, um polo incentivado de desenvolvimento econômico com base no modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM). O anúncio foi feito ontem, por uma delegação de autoridades formada por representantes das Filipinas, Indonésia, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã durante visita ao presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, deputado Ricardo Nicolau (PRP).

Segundo o embaixador tai-

landês Chakaran Chayabongse, o objetivo da vinda ao Amazonas é aprender com o modelo ZFM e, a partir dessa experiência de concessão de incentivos fiscais às empresas, implantar em quatro anos uma zona de livre comércio dentro da área de abrangência econômica do sudeste asiático.

A comitiva também visitou a sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus e o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

TABLETS

Estado acredita que presidente Dilma vai preservar a ZFM

AMAZONAS4 | O Estado do Amazonas só ingressará com uma ação judicial para evitar que Manaus perca competitividade para atrair fabricantes de computadores do tipo tablet caso as negociações com a presidente da República, Dilma Rousseff, não avancem.

Claro & Escuro

Sindicatos de trabalhadores do AM em silêncio em momento decisivo da ZFM

O silêncio dos sindicatos dos trabalhadores com relação aos ataques que o Polo Industrial de Manaus (PIM) tem enfrentado nos últimos dias com a edição da Medida Provisória (MP) 534, que tira a competitividade da indústria local para atrair fabricantes de computadores de ultra mobilidade, os chamados tablets, deixa claro que os tempos são outros. A única manifestação mais contundente foi a nota assinada em conjunto com os sindicatos patronais. Além disso, só conversas paralelas com parlamentares, mas nada que reflita o tamanho da ameaça que enfrenta a economia do Amazonas. Perder a produção de tablets é dar margem para que o já combalido PIM perca outros segmentos que se confundem com produtos de informática.

Horizonte preocupante

Com o desenvolvimento tecnológico dos televisores, que hoje também abrigam recursos de informática, este é um segmento pode deixar de existir com o seu enquadramento na Lei de Informática, que abre incentivos fiscais para os demais Estados do País.

Primeiro passo

O governador Omar Aziz disse que só depois de vencido o argumento técnico e político, o Estado irá à Justiça contra a Medida Provisória 534, que inclui a produção de tablets na Lei de Informática. Ele pretende levar esses argumentos à presidente Dilma Rousseff e seus ministros, na próxima semana.

Casca de banana

O texto da Medida Provisória 534 trata de máquinas com tela sensível de área superior a 140 cm², sem limite máximo. Na Mensagem da presidente Dilma Rousseff, justificando a MP, aparece "área superior a 140 cm² e inferior a 260 cm²". Uma emenda no primeiro texto é imprescindível.

Relatoria

A Resolução 1/2002, que dispõe sobre a apreciação, pelo

LETRAS E NÚMEROS

1,40

real é o preço da refeição subsidiada que começa a ser servida hoje em dois restaurantes universitários da UEA. O governo contratou por R\$1,4 milhão a Ripasa Comércio e Representação de Alimentos Ltda. para fornecer refeições às unidades de Ciências da Saúde e de Tecnologia.

...

Pergunta do dia:

Por que os médicos ligados aos planos de saúde não movem ações contra as cooperativas a que são ligados? Como sempre acontece em todos os setores da economia, eles querem transferir o fardo para os usuários, que já pagam um preço muito alto.

"Vamos discutir a questão técnica, mas também tem a questão política que tem de ser tratada politicamente e quem decide é ela (Dilma Rousseff). A palavra final é dela".

Do governador Omar Aziz, sobre a MP dos tablets e a conversa que terá com a presidente da República no próximo dia 31.

Congresso, das Medidas Provisórias, diz que o relator é designado pelo presidente dentre os membros da comissão pertencentes à Casa diversa da sua. Ou seja, se o presidente for do Senado, o relator tem que ser da Câmara.

Bancada federal do AM se omite em questões da região

Martha Bernardo

Da Redação

Manaus, Amazonas

Em quatro meses de mandato, deputados federais e senadores eleitos pelo Amazonas não demonstraram persistência em discussões que afetam diretamente o Estado. A omissão dos parlamentares foi sentida no debate da Medida Provisória (MP) 534, que ocasionou na perda de vantagens fiscais para o Polo Industrial de Manaus (PIM) para atrair fabricantes de tablets, e do Código Florestal, que incide diretamente na região amazônica.

A MP 534 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) na última segunda-feira 23. Com a edição da medida, Manaus perdeu a vantagem fiscal de produzir tablets, os computadores de prancheta, pois a norma iguala os benefícios locais ao restante do País. O senador Eduardo Braga (PMDB) será o relator da medida, que agora tramita no Congresso Nacional para receber emendas. Os senadores ensaiam agora a produção de emendas em conjunto, numa tentativa de amenizar o impacto da MP sobre a Zona Franca de Manaus (ZFM).

Na última terça-feira (24), a Câmara dos Deputados aprovou o Código Florestal Brasileiro. Dos oito deputados federais do Amazonas, apenas Francisco Praciano (PT) votou contra a medida. Antes da votação, entretanto, pouca discussão acerca do assunto foi travada entre os parlamentares.

A inércia dos parlamentares foi tema de pronunciamentos de vereadores e deputados estaduais. Na Câmara Municipal de Manaus (CMM), o vereador Paulo De'Carli (PRTB) criticou a bancada amazonense, afir-

mando que os parlamentares "cochilaram". "Vale um alerta ao (deputado federal) Praciano e ao (senador) João Pedro (ambos do PT), para que falem com Dilma. Não vale mais o argumento de que é preciso negociar. Precisamos entrar com os dois pés na porta para defender os interesses do Amazonas", afirmou.

Para o vereador Leonel Feitoza, também houve morosidade por parte dos parlamentares no Congresso Nacional. "Em épocas passadas, cansei de ver o (ex-senador) Arthur Neto trancando a pauta do Senado para defender a ZFM. Não vi pronunciamento de um senador sequer agora, com exceção do deputado federal Pauderney. De que adianta prorrogar a ZFM por mais quinhentos anos se ninguém age?", criticou.

Na Assembleia Legislativa do Estado (ALE), o deputado estadual Marcelo Ramos (PSB) considerou a MP 534 "o primeiro tiro". Ramos também disse que a bancada federal "cochilou" durante a discussão da MP 534 e que precisa estar alerta às discussões do

governo federal sobre a Reforma Tributária. "Se for aprovada como está sendo concebida hoje, com a alíquota de 2% para todos, significa o fim da ZFM. Ela pode ser prorrogada até por mil anos porque vai perder competitividade".

União

O senador João Pedro (PT) afirmou que as críticas em relação à pouca atuação da bancada são "irresponsáveis". "Não existe isso, eles estão falando besteira. Não existe mobilismo. A bancada está trabalhando séria, unida e forte. Essas declarações beiram a irresponsabilidade, são ridículas. Estamos no caminho certo, com muito debate e conversa, em defesa dos direitos da ZFM e dos empregos dos amazonenses", desabafou o senador.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) disse que a bancada está unida para que a Zona Franca não perca vantagens. Ela ressaltou ainda que a medida é decorrente da Lei de Informática, sancionada em 2001, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

"Eles criticam a (presidente) Dilma (PT), dizem que ela é traidora, mas esquecem que tudo isso está acontecendo por causa da aprovação da Lei de Informática. Na época do FHC, tínhamos um amazonense como líder do governo e ele não fez nada", criticou a senadora, referindo-se ao ex-senador Arthur Neto (PSDB).

Vanessa afirmou que o governador do Amazonas, Omar Aziz (PMN) e toda a bancada federal estão unidos nas articulações e nos debates pós-MP. "Vamos tomar medidas e negociar com o governo para garantir a competitividade da ZFM. Alguns parlamentares criticam em tom maldoso, mas esse clima de catástrofe, de 'já perdeu' não corresponde à realidade. Já definimos nossa tática, estamos em negociações e sabemos como agir conjuntamente".

Para o deputado federal Pauderney Avelino (DEM), o fato de Braga ser o relator da MP garante benefícios para o Amazonas.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Adin depende da presidente Dilma

O Estado do Amazonas só deve entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para tentar evitar os prejuízos ao Polo Industrial de Manaus (PIM) se não convencer a presidente Dilma Rousseff e seu ministério a alterar a Medida Provisória (MP) dos tablets.

“Vamos discutir a questão técnica, mas também tem a questão política que tem de ser tratada politicamente e quem decide é ela (presidente Dilma). A palavra final é dela”, admitiu o governador Omar Aziz, aliado político do Palácio do Planalto.

Mesmo com a promessa durante a campanha da presidente Dilma de prorrogar os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM), o governo federal retirou as vantagens comparativas de produzir o produto no PIM, ao igualar a redução dos encargos tributários da ZFM aos demais Estados na produção dos tablets, os novos computadores em formato de prancheta com tela sensível ao toque.

Na próxima terça-feira, Omar se encontra com a presidente e também deverá conversar com ministros para apresentar as propostas que estão sendo elaboradas junto à bancada do Amazonas.

A estratégia é tentar convencer o governo federal a aceitar que no processo de produção desses produtos, alguns componentes devam ser fornecidos pelo PIM, como placa-mãe, displays, car-

regadores e placas de rede.

Na quarta-feira, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior (Mdic), Fernando Pimentel, anunciou que para atender ao pedido da chinesa Foxconn, baterias e gabinetes nacionais não devem ser incluídos no Processo Produtivo Básico (PPB), o que esbarra na proposta do Governo do Amazonas.

Foxconn

Outros componentes do produto terão forte conteúdo nacional, adiantou o ministro, sem detalhar onde serão produzidos. A intenção do governo federal é a de oferecer condições para a Foxconn fabricar o Ipad da Apple no País. As negociações estão adiantadas entre a empresa e o governo de São Paulo para a cidade de Jundiaí na produção final de tablets e de celulares.

Ontem, o ministro de Ciência e Tecnologia (MCT) Aloizio Mercadante, detalhou que a empresa busca implantar uma segunda planta que produzirá displays e semicondutores em uma área de cerca de 50 quilômetros quadrados, próxima de estradas e de um aeroporto internacional e que tenha grande disponibilidade de tecnologia de banda larga e energia elétrica.

“Ainda não há uma definição sobre o Estado e muito menos sobre a cidade onde será feito esse investimento”, afirmou Mercadante.

Desemprego de 6,4% é o menor desde 2002

A taxa de desemprego apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas seis principais regiões metropolitanas do País ficou em 6,4% em abril, ante 6,5% em março, informou hoje o instituto.

O resultado ficou dentro do intervalo das estimativas dos analistas, que previam uma taxa de 6,10% a 6,70%. A mediana das previsões apontava taxa de 6,40%. foi a menor para meses de abril desde 2002, quando a instituição realizou a reformulação da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

O rendimento médio real (descontada a inflação) dos trabalhadores brasileiros registrou variação negativa de 1,8% em abril ante março, mas taxa positiva de 1,8% na comparação com abril do ano passado. Em seu comunicado, o IBGE informou que considera a taxa estável em relação a de março deste ano, quando o desemprego foi de 6,5%.

O órgão informou, ainda, que a massa de renda média real habitual dos ocupados no Brasil somou R\$ 34,7 bilhões em abril, o que indica uma



queda de 1,7% ante março e um aumento de 4,3% em relação a abril de 2010.

Já a massa de renda média real efetiva dos ocupados chegou a R\$ 34,5 bilhões em março, com queda de 1,6% ante fevereiro e aumento de 4,1% na comparação com março de 2010.

Abono salarial

Há 35 dias do final do prazo, 1,2 milhão de trabalhadores ainda não resgataram

seu abono salarial referente a 2009. O abono é um direito do empregado que tenha trabalhado pelo menos 30 dias corridos no ano em questão, com carteira assinada, tenha cadastro no PIS/Pasep e recebido, em média, até dois salários mínimos durante o período trabalhado. O valor do abono é de um salário mínimo.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Zenaldo Mota

***** Motocar, primeira indústria de
tricyclos da ZFM, anuncia a
expansão da produção para o
interior e Região Norte *****

Cacau, Juta e malva ganham selo de produtos orgânicos

- ✓ **Certificação garante agregação de valor em cerca de 30%**
- ✓ **Convênio firmado é no valor de R\$ 231 mil para os produtos**

O cacau nativo, a juta e a malva do Amazonas ganham diferencial no mercado com a certificação de produto orgânico, o que deverá beneficiar cerca de 500 famílias que vivem do cultivo desses produtos no Amazonas. A solenidade de certificação, concedida pela Ecocert Brasil por meio de convênio entre a Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), ocorreu na sede da autarquia, na manhã desta quarta-feira, como parte da VII Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos.

De acordo com Valdelino Cavalcante, presidente da ADS, com a certificação os produtores terão uma agregação de valor de no mínimo 30% em relação ao preço dos produtos convencionais comercializados no mercado, seguindo diretriz do Governo do Amazonas de ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda principalmente no interior do



Estado.

Para a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, a certificação vai garantir um mercado maior para os produtos regionais. "Abre principalmente o mercado de orgânicos para os produtos da nossa região, trazendo respeito para a

nossa produção e a nossa sustentabilidade", ressaltou. Valdelino Cavalcante afirmou que o convênio firmado com a Suframa, de R\$ 231 mil para o processo de certificação dos três produtos, beneficiou produtores dos municípios de Borba, Manacapuru e

Urucurituba. "Um fator importante com a certificação é o estímulo que as associações e cooperativas vão ter para continuar se fortalecendo, porque eles vão ter um ganho maior com estes produtos e vão ser os próprios gestores", destacou.

Braga será relator da MP dos tablets

- ✓ **Racha no PMDB culminou com nome do senador**
- ✓ **Mais fôlego para a ZFM**

Num clima de arranca-rabo e rabo de arraia para saber quem mama mais pra depois chorar menos, o PMDB, mesmo rachado internamente, segue disputando palmo a palmo a queda de braço com o PT por fatias consideráveis de poder e prestígio. Por isso, também, o senador Renan Calheiros, líder do PMDB no Senado Federal, indicou nesta quarta-feira, o senador Eduardo Braga para ser o relator da Medida Provisória 534, que concede isenção fiscal de PIS/Pasep e Cofins à comercialização dos tablets em todo País. A informação, dada pela assessoria de Comunicação do senador, é tudo que o Amazonas precisa para evitar o esvaziamento da Zona Franca na área de informática. A indicação,

também, sinaliza a inclusão do senador pelo Amazonas no grupo onde ele rezava todo dia para entrar. O grupo do Sarney, onde estão poderosas cotas ministeriais e de barganha. E a fatia generosa de recursos, a segunda do Orçamento. Braga se pegou com a legião de santos e orixás de Santarém, Faro e Oriximiná, pra alcançar a graça. Não de relatar a MP dos tablets mas a de ter suas mãos radiografadas nos bagos do bigode mais corrupto do país, Ribamar Sarney, e Renan, seu fiel escudeiro. Por isso, Braga passou as últimas horas articulando essa indicação, que é estratégica para a Zona Franca de Manaus (?), e convenceu seu partido da importância de sua indicação.

Braga será relator da MP dos tablets (Continuação)

O racha do PMDB



Anote aí. As raposas do PMDB não dão ponto sem nó. Antes reduzida a três rebeldes geralmente ignorados pela cúpula do partido no Senado - Jarbas Vasconcelos (PE), Pedro Simon (RS) e Mão Santa (PI), que não foi reeleito -, a bancada dos contrariados da sigla ganhou adeptos com a posse do novo Congresso e não parou de crescer. Ela se amplia a cada dia, por conta de questões regionais e dos problemas na relação com o governo e com o PT, embora o alvo principal seja a cúpula do Senado. Eles e a opinião pública

querem o pescoço da dupla Sarney e Renan. Hoje, os insatisfeitos e independentes são majoritários no PMDB. Somam uma dezena entre os 18 senadores peemedebistas, o que pode complicar a vida do Palácio do Planalto, mesmo estando a mira voltada para a dupla que comanda a Casa e a liderança do partido: José Sarney (AP) e Renan Calheiros (AL). A atuação desse grupo deve ficar mais clara a partir da votação do Código Florestal, que terá como relator no Senado o independente Luiz Henrique da Silveira (SC).

Sonho do Bocão

Segundo o jornal O Estado de São Paulo, Luiz Henrique fez questão de mostrar a que veio logo na chegada, sinalizando que daria trabalho a Sarney. Na segunda semana de mandato, ele organizou uma reunião dos velhos companheiros de MDB que já vinham manifestando desconforto com a crise ética que desgastara a imagem do Senado e a liderança política de Renan e Sarney. Participaram desse primeiro encontro

outros quatro senadores "históricos" do PMDB: Pedro Simon (RS), Jarbas Vasconcelos (PE), Roberto Requião (PR) e Casildo Maldaner (SC), que segue a liderança de Luiz Henrique no Estado. Começaram aí as críticas à dupla e os planos de reunir uma frente para tomar-lhes o poder no partido. Por isso, Eduardo ganhou espaço e o cargo e passará a tomar a benção de Sarney, como sempre quis.



Braga será relator da MP dos tablets (Continuação)

MP que desonera tablets no Brasil

O governo federal publicou no Diário Oficial da União, a Medida Provisória 534, que altera o artigo 28 da Lei do Bem (número 11.196, de 21 de novembro de 2005), para incluir no Programa de Inclusão Digital os tablets produzidos no Brasil conforme processo produtivo básico a ser estabelecido pelos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e de Ciência e Tecnologia. A MP acrescenta mais um item no artigo em questão, o sexto, com a seguinte redação:

“VI - máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem tecla-

do, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm² (Tablet PC), classificadas na subposição 8471.41 da Tipi, produzidas no País conforme processo produtivo básico (PPB) estabelecido pelo Poder Executivo.”

Segundo a MP, nas notas fiscais emitidas pelo produtor, pelo atacadista e pelo varejista relativas à venda dos tablets, deverá constar a expressão “Produto fabricado conforme processo produtivo básico”, com a especificação do ato que aprova o respectivo processo produtivo básico.

Braga será relator da MP dos tablets (Continuação)

Com a MP, os tablets que seguirem o PPB poderão ter isenção completa de PIS/ Cofins, que hoje é de 9,25%, redução de IPI - de 15% para 3% - e redução de imposto de importação e ICMS, a depender de cada Estado. A expectativa do governo é a de que os preços desses equipamentos fiquem de 30% a 36% mais baratos que o do similar importado.

Em abril, durante viagem à China, o Ministro de

Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, anunciou que a Apple terá fabricação no Brasil e que a produção vai ficar a cargo da Foxconn, que já produz equipamentos como iPhone para Apple em fábricas na Ásia. Segundo ele, a produção local do iPad deveria começar até novembro, mas pode ser antecipada para julho. Vale lembrar que o iPad vendido atualmente no Brasil lidera o ranking dos países mais caros.